

SÖNKE NEITZEL E HARALD WELZER

Soldados

Sobre lutar, matar e morrer

Tradução

Frederico Figueiredo

Copyright © 2011 by S. Fischer Verlag GmbH, Frankfurt am Main

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Soldaten: Protokolle vom Kämpfen, Töten und Sterben

Capa

Marcos Kotlhar

Preparação

Cacilda Guerra

Revisão

Angela das Neves

Luciane Helena Gomide

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Neitzel, Sönke

Soldados / Sönke Neitzel e Harald Welzer ; tradução Frederico Figueiredo. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2014.

Título original : Soldaten : Protokolle vom Kämpfen, Töten und Sterben.

ISBN 978-85-359-2383-4

1. Alemanha — História 2. Crimes de guerra 3. Guerra Mundial, 1939-1945 4. Prisioneiros de guerra I. Welzer, Harald II. Título.

13-13447

CDD-940.541343

Índice para catálogo sistemático:

1. Soldados alemães : Guerra Mundial, 1939-1945

940.541343

[2014]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhidasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Lista de abreviaturas	7
Nota dos autores	9
Dois prólogos	11

ENXERGANDO A GUERRA COM OLHOS DE SOLDADO: UMA ANÁLISE DOS MARCOS REFERENCIAIS

O MUNDO DOS SOLDADOS

O marco referencial do Terceiro Reich	49
O marco referencial da guerra	67

LUTAR, MATAR E MORRER

Atirando	83
Violência autotélica	89
Histórias de aventuras	94
Estética da destruição	101
Prazer, diversão	104
Caça	106
Afundamentos	110

Crimes de guerra — Matando para se ocupar	115
Crimes contra prisioneiros de guerra	133
Extermínio	144
Marco referencial do extermínio	165
Atirando em grupo	182
Indignação	190
Compostura	198
Rumores	201
Sentimentos	206
Sexo	214
Técnica	227
Confiança na vitória	246
Confiança no Führer	264
Ideologia	283
Valores militares	294
Italianos e japoneses	347
Waffen-ss	352
Resumo: o marco referencial da guerra	381

EM QUE MEDIDA A WEHRMACHT EMPREENDEU UMA GUERRA NAZISTA?

<i>Anexo — Os protocolos das escutas</i>	413
<i>Agradecimentos</i>	421
<i>Notas</i>	423
<i>Referências bibliográficas</i>	469
<i>Índice de lugares</i>	484
<i>Índice remissivo</i>	489

Enxergando a guerra com olhos de soldado: uma análise dos marcos referenciais

O horror, o senhor sabe?, aquele horror que nós sentimos no início ao saber que uma pessoa pode lidar com outra daquela maneira passou de repente. É assim mesmo, não é? Eu mesma senti na pele como nós nos tornamos relativamente frios — como, aliás, hoje se diz muito bem.

Antiga moradora dos arredores do campo de
concentração de Gusen

Os seres humanos não são como os cães de Pavlov. Eles não reagem a determinados estímulos com reflexos condicionados. Nos seres humanos, entre estímulo e reação acontece algo bastante específico, que representa a sua consciência e difere a espécie humana dos demais seres vivos: os seres humanos interpretam o que os seus sentidos percebem e, só a partir dessa interpretação, tiram conclusões, decidem e agem. Por isso, ao contrário do que supunha a teoria marxista, os seres humanos jamais atuam com base em condições objetivas — nem se orientam exclusivamente pelos cálculos de custos e benefícios, como os teóricos da *rational choice* nas ciências sociais e econômicas fizeram acreditar por muito tempo. Uma guerra não se explica inteiramente com ponderações de custo e benefício; ela tampouco surge *necessariamente* das circunstâncias objetivas. Um corpo sempre cai de acordo com as leis da gravidade, e

nunca de outra maneira, mas o que as pessoas fazem pode ser sempre feito de outro jeito. Nem mesmo temas tão mágicos como as “mentalidades” conseguem estabelecer o que os seres humanos fazem. Não que se duvide da importância das configurações psicológicas. As mentalidades antecedem as decisões, mas não as determinam. Embora a percepção e a ação dos seres humanos estejam ligadas a condições sociais, culturais, hierárquicas, biológicas e antropológicas, eles gozam de uma margem de interpretação e de ação. Poder interpretar e tomar decisões pressupõe alguma orientação — e saber em que se está envolvido e quais consequências cada decisão traz. Essa orientação fornece uma matriz ordenada de modelos interpretativos: o marco referencial.

Histórica e culturalmente, os marcos referenciais variam bastante: muçulmanos ortodoxos enquadram o comportamento sexual como moral ou reprovável em marcos distintos aos dos ocidentais secularizados. Nenhum membro de nenhum dos dois grupos compreende o que vê livremente de referências que, não tendo procurado nem escolhido, ainda assim marcam, induzem e direcionam de maneira significativa seus sentidos e interpretações. Não quer dizer que não haja também, em situações especiais, extrapolações do marco referencial estabelecido e algo verdadeiramente novo seja visto ou pensado. Mas isso só acontece raramente. Marcos referenciais garantem economia de ação: o que ocorre com mais frequência pode ser enquadrado em alguma matriz conhecida. Funciona como um alívio. Nenhum agente precisa começar sempre do zero, respondendo continuamente à mesma pergunta: o que está realmente acontecendo agora? As respostas a essa pergunta já estão, em sua grande maioria, pré-programadas e são reproduzíveis — armazenadas em um acervo cultural de orientação e conhecimento que dissolve em rotinas, costumes e certezas boa parte dos encargos da vida e poupa os indivíduos de forma colossal.

Por outro lado, isso significa que, para explicar a ação das pessoas, é necessário reconstruir o marco referencial em que elas agiram: o que ordenou suas percepções e indicou suas conclusões. Nessa reconstrução, as análises de condições objetivas deixam muito a desejar. Mentalidades também não explicam *por que* alguém fez determinada coisa, especialmente quando membros de uma mesma formação mental chegam às mais diferentes conclusões, decidem de maneira tão diversa. Aqui se situa o limite das teorias sobre guerras ideológicas ou sobre os regimes totalitários. Como “visões de mundo” e “ideologias” se impõem nas percepções e interpretações individuais é a questão que

permanece aberta — como elas funcionam na ação do indivíduo. Para compreender isso, empregamos o método de análise dos marcos referenciais, um instrumento de reconstrução das percepções e interpretações de pessoas em determinadas situações históricas, nesse caso, de soldados alemães na Segunda Guerra Mundial.

O método de análise de marcos referenciais se baseia na ideia de que as interpretações e ações das pessoas não podem ser compreendidas caso não seja reconstruído o que elas “viram” — conhecendo os modelos interpretativos, representações e associações dentro dos quais elas perceberam as situações e como elas interpretaram essas situações. Ao desconsiderar os marcos referenciais, as análises científicas de ações passadas sempre apresentam um caráter normativo acentuado, pois se utilizam de critérios normativos do respectivo presente como fundamento do processo de compreensão. É por isso que acontecimentos históricos num contexto de guerra e violência nos parecem em geral “cruéis”, ainda que crueldade não seja nenhuma categoria de análise, mas uma categoria moral. Esse é também o motivo por que o comportamento das pessoas que praticam a violência é considerado, já de antemão, anormal e patológico, embora — caso se reconstrua o mundo da perspectiva delas — esse exercício de violência seja compreensível e até esperado. É importante para nós, portanto, com a ajuda da análise dos marcos referenciais, lançar um olhar *amoral* sobre a violência que foi praticada na Segunda Guerra, uma visão não normativa para compreender quais são os pressupostos necessários para que pessoas absolutamente normais no aspecto psicológico, em condições específicas, venham a fazer coisas que jamais fariam sob outras condições.

Classificamos os marcos referenciais em ordens diversas:

Aqueles de *primeira ordem* abrangem a estrutura histórico-social de fundo diante da qual as pessoas, no tempo respectivo, atuam. Assim como nenhum cidadão da República Federal da Alemanha, ao ler o jornal, se dá conta de fazer parte do círculo cultural do Ocidente cristão e de que suas avaliações sobre, por exemplo, um político africano estão vinculadas às normas desse círculo cultural, da mesma maneira, em regra, ninguém tem consciência da função orientadora desses marcos de primeira ordem. Estes são o que Alfred Schütz chamou de *assumptive world*, aquilo que é aceito como modo de ser inquestionado de um mundo determinado, o que nele é tido como “bom” e “mau”, como “verdadeiro” ou “falso”, o que nós consideramos comível, que

distância corporal devemos manter nas conversações, o código de etiqueta etc. Esse “mundo sentido” trabalha muito mais num plano inconsciente e emocional do que num plano reflexivo.¹

Os marcos referenciais de *segunda ordem* são mais concretos histórica e culturalmente, e, na maioria das vezes, também no quesito geográfico. Eles abrangem um espaço histórico-social que pode ser delimitado das mais diversas perspectivas — pela duração de um regime de dominação, por exemplo, pelo período de vigência de uma constituição ou pela época de uma formação histórica, como o Terceiro Reich.

Os marcos referenciais de *terceira ordem* são ainda mais específicos. Eles tratam de uma cadeia concreta de acontecimentos histórico-sociais, na qual pessoas determinadas atuam, como uma guerra, em que elas combatem como soldados.

Os marcos referenciais de *quarta ordem* são cada uma das características especiais, modos de percepção, modelos interpretativos, deveres de consciência etc. que toda pessoa traz para uma situação. Nesse nível, trata-se de psicologia, de disposições pessoais e da questão do processo individual de tomada de decisões.

Neste livro iremos analisar os marcos referenciais de *segunda e terceira ordens*, uma vez que o material disponível permite um acesso privilegiado justamente aí.

O objeto do livro é, portanto, o mundo do Terceiro Reich, de onde vêm os soldados da Wehrmacht, e a análise de situações concretas em que eles atuam, na guerra e dentro das tropas do Exército. Em geral não sabemos absolutamente nada, nos melhores casos muito pouco, a respeito das personalidades de cada um dos soldados — o marco de quarta ordem — para poder esclarecer, por exemplo, quais traços biográficos e disposições psicológicas seriam responsáveis por alguns matarem com tanto prazer enquanto outros sentiam aversão ao fazê-lo.

Antes de darmos início à análise propriamente dita, serão apresentados os diversos componentes dos marcos referenciais.

No dia 30 de outubro de 1938 a emissora de rádio americana CBS interrompe sua programação com um comunicado especial: uma explosão de gás ocorrera em Marte e, como consequência, uma nuvem de hidrogênio se deslocava em direção à Terra em grande velocidade. No meio da entrevista que o repórter fazia com um professor de astronomia, tentando esclarecer o perigo ameaçador, estoura a seguinte notícia: sismógrafos teriam registrado um abalo com a potência de um forte terremoto, fazendo supor o impacto de um meteorito. Informes extraordinários não cessam mais. Curiosos procuram o lugar da colisão; de lá emergem em pouco tempo extraterrestres que atacam os espectadores. Mais objetos caem em outros lugares, hordas de alienígenas atacam os seres humanos. As Forças Armadas são acionadas, mas conseguem pouco resultado: os extraterrestres estão a caminho de Nova York. Os militares utilizam caças, as pessoas começam a evacuar a zona de perigo. O momento é de pânico.

Há aí uma troca de marco referencial. Até a parte dos caças, a descrição reproduzia apenas o desenrolar da peça radiofônica que Orson Welles concebeu a partir do romance *A guerra dos mundos*, de H. G. Wells; no entanto, a parte das pessoas fugindo em pânico era real. Dos 6 milhões de americanos que ouviram a transmissão de rádio nesse dia memorável, 2 milhões acreditaram na história do ataque de extraterrestres como se fosse pura realidade. Alguns, nervosos, chegaram a empacotar suas coisas e saíram às ruas para escapar aos terríveis ataques de gás dos alienígenas. Por horas a fio, as redes de telefonia ficaram bloqueadas. Também se passaram horas até que circulasse a informação de que o ataque de extraterrestres era somente uma ficção.² Esse acontecimento lendário, que deu início à fama de Orson Welles, deixa evidente que o psicólogo social William I. Thomas tinha razão em 1917 quando formulou o seguinte teorema: “Se as pessoas interpretam situações como reais, então essas situações são reais nas suas consequências”. Por mais equivocada e irracional que seja, uma avaliação da realidade, e as conclusões que dela são tiradas, sempre criam novas realidades correspondentes.

É o que ocorreu com todos os ouvintes que não escutaram o anúncio de que *A guerra dos mundos* era uma peça radiofônica, e acabaram acreditando na invasão. Deve-se lembrar, aliás, que as possibilidades de comunicação daquele tempo não permitiam uma rápida aferição de realidade — e, nas ruas, os que

deixavam suas casas se viam no meio de uma massa de gente que fazia exatamente o mesmo que eles. Como poderia surgir a suspeita de que havia um engano? As pessoas procuram confirmar suas percepções e interpretações da realidade observando o que os outros estão fazendo — principalmente em situações que, por causa de seu caráter inesperado e ameaçador, já trazem consigo um grande problema de orientação: O que está acontecendo agora? O que devo fazer?

Isso explica, por exemplo, o conhecido fenômeno *bystander*: se muitas pessoas assistem a um acidente ou a uma pancadaria, raramente alguém presta socorro. Nenhum espectador sabe com certeza qual seria a reação correta nesse momento, então todos procuram se orientar pelos outros — e, como ninguém parece reagir, todos permanecem parados, observando. Ninguém ajuda, mas não é — como é comentado frequentemente nos meios de comunicação — por “falta de compaixão”, mas por causa de um déficit de orientação e um processo fatal de confirmação recíproca na inatividade. Os participantes criam para si um marco referencial comum e suas decisões ocorrem dentro dessas margens. Quando as pessoas estão sozinhas e são confrontadas com o dever de ajudar, em geral elas intervêm sem maiores questionamentos.

O exemplo de *A guerra dos mundos* é espetacular. Mas ele só mostra o caso típico das pessoas que tentam se orientar. Na sua vasta gama de funções com os respectivos papéis estabelecidos, criando situações complexas, as sociedades modernas exigem de seus membros um trabalho de interpretação contínuo. O que está acontecendo aqui? Que expectativas devo preencher? Na maioria das vezes, essas indagações não são feitas por ninguém conscientemente, porque grande parte desse trabalho contínuo de interpretação fica a cargo de rotinas, costumes, scripts e regras, quer dizer, funciona de forma automática. Nos casos de distúrbios de funções, pequenos acidentes, enganos e equívocos, porém, as pessoas se dão conta de que então é explicitamente necessário aquilo que se faz em geral de maneira implícita: interpretar o que está acontecendo no momento.

É claro que esse trabalho de interpretação não se dá no vácuo nem começa toda vez a partir do zero. Ele também está, por sua vez, ligado a “marcos”, ou seja, a óticas compostas de muitas peças, que emprestam à experiência por ser feita uma estrutura reguladora. Seguindo Gregory Bateson³ e Alfred Schütz,⁴ Erving Goffman descreveu uma série desses marcos com suas respectivas ca-

racterísticas. Com isso ele pôde mostrar que esses marcos não só organizam nossas percepções e orientações cotidianas de maneira bastante abrangente, mas também antecipam — de acordo com o conhecimento contextual e a perspectiva do observador — as mais diversas interpretações. Para um impostor, por exemplo, o marco de sua ação é uma “manobra de engano”; para quem é iludido, o que está acontecendo é o que é encenado.⁵ Ou, como escreveu Kazimierz Sakowicz: “Para os alemães, trezentos judeus são o mesmo que trezentos inimigos da humanidade; para os lituanos, eles são trezentos pares de sapatos e trezentas calças”.⁶

Em nossa exposição, um aspecto que não interessou Goffman especialmente é muito importante: como são formados os marcos de referência que instruem, direcionam e organizam a interpretação. Sem dúvida, a “guerra” leva a um marco referencial bem distinto da “paz”, ela faz com que outras decisões e justificativas pareçam razoáveis, alterando os critérios do que é certo ou errado. Nas percepções e interpretações das situações em que se encontram, os soldados também não seguem instruções aleatórias, mas operam muito especificamente vinculados a padrões que lhes permitem apenas um espectro limitado de interpretações individuais. Todo ser humano está preso a um jogo de modos de percepção e interpretação culturalmente impregnados — isso não vale só para os soldados.

Em sociedades plurais, o déficit de orientação é ainda mais marcante. E também a diferenciação dos marcos. Pessoas modernas têm que trocar continuamente de marcos — como cirurgião, pai, jogador de cartas, esportista, sócio de um condomínio, frequentador de bordel, paciente na sala de espera etc. —, submetendo-se às mais diversas exigências desses papéis sociais, para dar conta das expectativas. É por isso também que, tendo como ponto de referência um dado papel, se pode observar e julgar com alguma distância o que está sendo feito dentro do marco de um papel social distinto — consegue-se diferenciar quando são exigidas impassibilidade e frieza profissional (em operações), e quando não (na hora de brincar com as crianças). Essa capacidade de “distanciar papéis”⁷ assegura que ninguém se dedique exclusivamente a um determinado papel social, deixando de cumprir as demais exigências — em outras palavras: as pessoas são flexíveis para se submeter a diferentes marcos referenciais, interpretar corretamente as expectativas correspondentes e agir de acordo com essas interpretações.

Stanley Milgram disse uma vez que gostaria de saber por que as pessoas preferiam se queimar em uma casa pegando fogo a correr pelas ruas sem calças. Objetivamente considerando, trata-se, claro, de uma forma de atuação irracional. No entanto, subjetivamente, ela só mostra que, em determinadas culturas, padrões de pudor constroem barreiras contra estratégias de salvamento de vidas, que só muito dificilmente podem ser superadas. Na Segunda Guerra, os soldados japoneses matavam a si mesmos para não se tornarem prisioneiros. Em Saipan, milhares de civis chegaram a se atirar de penhascos para não cair nas mãos dos americanos.⁸ Com frequência, vínculos e obrigações culturais, portanto, desempenham um papel mais importante do que o próprio instinto de sobrevivência. É por isso que pessoas morrem, por exemplo, tentando salvar um cachorro de um afogamento. Ou que veem algum significado em se explodir pelos ares num atentado suicida (cf. p. 321).

Os casos de grandes sociedades que fracassaram mostram como os laços culturais funcionam simultaneamente em muitos setores. Os vikings normandos que povoaram a Groenlândia por volta do ano 1000 sucumbiram por insistir nos costumes de cultivo e alimentação que traziam da Noruega, mesmo que lá vigorassem condições climáticas completamente diferentes. Então não comiam peixe, por exemplo, disponível aos montes, enquanto tentavam implementar a criação de gado. Mas o período próprio para pastagem na Groenlândia era muito curto.⁹ De qualquer maneira, os inuítes, que já viviam na Groenlândia nos tempos dos vikings e estão lá ainda hoje, provam que a sobrevivência era possível, sim, mesmo naquelas condições climáticas. O exemplo mais conhecido de civilizações que fracassaram em razão de seus compromissos culturais é dado pelos habitantes da Ilha de Páscoa: eles investiram tantos recursos na produção das gigantescas esculturas de seus rituais que enfraqueceram os fundamentos da própria sobrevivência e acabaram desmoronando.¹⁰

As obrigações culturais (entre as quais estão evidentemente as religiosas) também aparecem nos sentimentos e conceitos tanto de pudor quanto de honra. E, geralmente, na incapacidade de encontrar soluções “racionais” para os problemas, embora, da perspectiva de um observador, elas pareçam tão simples como no caso dos vikings, a quem bastaria trocar a dieta de carne para peixe.

Ocasionalmente, sob pontos de vista de sobrevivência, a herança cultural

pode se tornar pesada e, mesmo, mortal. Para dizer de outra forma: o que se percebe nesses casos como problema decididamente não é a ameaça da própria vida, mas o perigo de infringir normas de comportamento simbólicas, tradicionais, de acordo com a posição ou ordem social — pelo visto, esse perigo pode chegar a ser tão grave que, da perspectiva dos atores, não se enxerga *nenhuma outra possibilidade*. Desse modo as pessoas se tornam prisioneiras das suas próprias técnicas de sobrevivência.

Vínculos culturais de hábito e obrigações culturais inquestionáveis compõem uma parte considerável dos marcos referenciais. Se eles são tão efetivos e, em geral, até coercitivos, é porque sequer atingem o nível da reflexão. Ao que parece, a própria forma de vida cultural impede que determinadas coisas sejam vistas ou que costumes nocivos e estratégias estapafúrdias sejam mudados. O que é considerado, desde uma perspectiva exterior, completamente irracional tem, muitas vezes, quando visto de dentro, a característica da mais pura racionalidade: a autoevidência. Além disso, o exemplo dos vikings também mostra que os laços culturais não se esgotam naquilo que é do conhecimento dos membros de uma cultura: eles são, em primeiro lugar, o que essas pessoas desconhecem.

DESCONHECIMENTO

O caso de Paul Steinberg, um menino judeu que foi denunciado por uma vizinha na França quando tinha dezesseis anos e deportado para Auschwitz dá uma ideia das possíveis consequências do desconhecimento. Em Auschwitz, Steinberg se deu conta do déficit fatal no seu marco referencial bem na hora do banho:

“Como é que você veio parar aqui?”, perguntou um peleteiro do Faubourg-Poissonière. Ele estava desconcertado. Apontou para o meu pau e chamou os colegas, gritando: “Nem circuncidado é!”. E eu sabia pouco, tanto sobre circuncisão quanto sobre a religião judaica em geral. Meu pai se abstraiu — com toda certeza por uma tola vergonha — de me introduzir nesse tema cativante. Fui e continuo sendo o único judeu deportado da França e de Navarra a chegar a Auschwitz não circuncidado, sem ter lançado no jogo sua carta de trunfo. A aglo-

meração ao meu redor foi aumentando cada vez mais, os caras quase morriam de rir. Por fim um deles me taxou de ser o pior dos trouxas!¹¹

Paul Steinberg não pôde fazer valer sua chance de escapar porque estava preso a um desconhecimento cultural — no tempo do nazismo, para a maioria dos outros homens judeus, ser circuncidado era um sinal mortal; faziam de tudo para esconder essa marca. Especialmente nas zonas ocupadas, os judeus eram identificados com uma olhada no membro circuncidado — visto assim, Steinberg não dera a cartada decisiva com sua vantagem.

Esse é um exemplo da fatalidade do desconhecimento individual que faz, sim, parte do marco referencial relevante nesse caso, como também das interpretações e ações ligadas a ele. Por isso, o que alguém faz depende daquilo que se pode e do que não se pode saber. Mas não é só isso que dificulta a pesquisa acerca do que as pessoas, em algum ponto do passado, sabiam. A História não é percebida, ela *acontece*. E só mais tarde o historiador irá estabelecer o que, de um inventário de acontecimentos, é “histórico”, o que, de alguma maneira, teve significado no curso das coisas. No dia a dia, as alterações sorrateiras do meio social e físico em geral não são registradas porque a percepção se ajusta permanentemente às modificações de seu meio. Psicólogos ambientais chamam esse fenômeno de *shifting baselines*. Exemplos da alteração dos hábitos de comunicação, que, como no nazismo, chegam até o deslocamento radical dos padrões normativos, mostram que esses *shifting baselines* trazem muitas consequências. Tem-se a impressão de que tudo permanece como antes, embora tenha se modificado o que é fundamental.

Só então, conceitos como “*ruptura da civilização*” se condensam num processo — *lento* para a percepção — sobre um acontecimento abrupto. É exatamente quando se toma conhecimento de que um desdobramento teve consequências radicais. Interpretar o que as pessoas perceberam como surgimento de um processo que só levaria à catástrofe posteriormente é um empreendimento complexo — complexo também porque nós já levantamos essa questão sabendo o desfecho da história, coisa que as pessoas da época logicamente não podiam saber. Olha-se, portanto, para o começo da história a partir do seu final. De certa maneira, seria necessário suspender o próprio conhecimento histórico para poder informar do que as pessoas tinham então conhecimento em cada situação. É por isso que Norbert Elias disse que uma das tarefas mais difi-

ceis das ciências sociais é reconstruir a estrutura do desconhecimento que vigorou em outras épocas.¹² Também pode-se falar, seguindo Jürgen Kocka, de um exercício de “liquefação” da história, ou seja, “uma transformação regressiva de faticidade em possibilidades”.¹³

EXPECTATIVAS

No dia 2 de agosto de 1914, um dia depois da declaração de guerra dos alemães contra a Rússia, em Praga, Franz Kafka escreveu em seu diário: “A Alemanha declarou guerra à Rússia. — Natação à tarde”. Esse é só um exemplo especialmente claro de que os acontecimentos que o mundo posterior aprendeu a considerar *históricos*, no tempo real de seu surgimento e aparição, raramente são notados como tais. Quando eles chegam ao conhecimento de alguém — se é que chegam —, já fazem parte de um cotidiano no qual inúmeras outras coisas também são percebidas, disputando igualmente a atenção. Assim, acontece, às vezes, de mesmo pessoas de inteligência extraordinária considerarem o início de uma guerra tão digno de nota quanto o fato de terem ido à aula de natação.

No momento em que a história acontece, as pessoas vivem o presente. Os eventos históricos só revelam seu significado posteriormente, quer dizer, apenas quando já apresentaram efeitos duradouros ou, segundo um conceito de Arnold Gehlen, quando já demonstraram suas “prioridades de consequências”: acontecimentos sem precedentes, de profunda implicação para tudo o que se seguiu. Surge um problema metodológico quando nos perguntamos o que as pessoas de fato notaram e souberam de um acontecimento em formação — o que elas *podiam* perceber e conhecer. Em regra, os eventos inaugurais não são notados porque são novos. As pessoas procuram compreender o que está acontecendo com os marcos referenciais disponíveis, mesmo que se trate de um acontecimento sem precedentes, com potencial de fornecer ele mesmo uma referência para eventos posteriores análogos.

De uma perspectiva histórica, pode-se afirmar então que o caminho para a guerra de extermínio já estaria traçado havia muito tempo, quando a Wehrmacht atacou a União Soviética em 22 de junho de 1941. No entanto, é passível de dúvida se os soldados que receberam as ordens nas primeiras horas daquele

dia realmente compreendiam que tipo de guerra eles teriam pela frente. Os soldados esperavam avançar rapidamente, assim como ocorrera na Polônia, na França e nos Bálcãs, mas não tinham em mente uma guerra de extermínio que teria de ser conduzida, mesmo na principal linha de batalha, com uma dureza jamais vista. Eles não esperavam, de jeito nenhum, que grupos de pessoas que não tinham nada a ver com os acontecimentos da guerra em sentido estrito seriam exterminados. Não era o que o marco de referência “guerra” previa até aquele momento.

Por esse mesmo motivo, muitos judeus alemães não reconheceram a dimensão do processo de exclusão do qual se tornaram vítimas. O regime nazista era encarado como um fenômeno de vida curta, “que as pessoas deveriam suportar, ou como uma adversidade, exigindo alguma adaptação, ou, no pior dos casos, uma ameaça que, se restringia a todos pessoalmente, ainda era melhor do que os perigos de um exílio”.¹⁴ No caso dos judeus, por conta das sofridas experiências históricas, o fato de seu marco referencial abarcar tão naturalmente o antissemitismo, a perseguição e a expropriação contém a triste ironia de tê-los impedido de enxergar que aquilo que estava acontecendo dessa vez era diferente, algo absolutamente mortal.

CONTEXTOS DE PERCEPÇÃO ESPECÍFICOS DO PERÍODO

No dia 2 de junho de 2010, três homens do serviço de desativação de explosivos perderam a vida em Göttingen na tentativa de neutralizar uma bomba aérea da Segunda Guerra Mundial — o evento foi noticiado minuciosamente por todos os meios de comunicação, provocando grande comoção. Se três pessoas tivessem morrido quando as bombas foram lançadas, em 1944 ou 1945, o fato não despertaria nenhuma atenção fora do círculo de familiares. O contexto daquele tempo se chamava guerra; ainda em janeiro e fevereiro de 1945, cerca de cem pessoas foram mortas em Göttingen nos ataques com bombas.¹⁵

Algo semelhante ocorre em outra série de acontecimentos, as violações em massa, tal como fizeram no final da guerra sobretudo os soldados do Exército Vermelho, enquanto ganhavam território. Publicadas há poucos anos, as impressionantes descrições de uma mulher anônima¹⁶ mostram que faz uma grande diferença na percepção e elaboração inclusive da violência corporal saber-se a única

vítima ou membro de um grupo que sofreu o mesmo. Naquele tempo, as mulheres conversavam sobre os estupros e desenvolveram estratégias para proteger a si e especialmente as meninas mais jovens dos abusos. Essa mulher, por exemplo, começou um relacionamento com um oficial russo para evitar abusos sexuais de outros soldados soviéticos. Mas a circunstância de existir um espaço comunicativo em que se pode falar do sofrimento e das estratégias de evasão já significa uma grande diferença para a percepção e interpretação desses acontecimentos.

Em relação à violência também deve ser considerado que, historicamente, ela pode ser exercida e vivenciada de maneiras muito distintas. Fora do comum, a grande abstinência de violência da sociedade moderna e a considerável ausência de violência no espaço público — mais restrita no âmbito privado — remontam à conquista civilizatória da separação dos poderes e monopolização da violência por parte do Estado. Isso permitiu a enorme segurança que caracteriza a vida nas sociedades modernas, enquanto nos tempos pré-modernos era muito mais provável tornar-se vítima de uma violência corporal direta.¹⁷ Também a violência no espaço público, por exemplo no tocante a penas e execuções, era consideravelmente maior do que hoje em dia.¹⁸ Pode-se concluir que os marcos referenciais e, por conseguinte, a experiência com a violência, tanto com a exercida quanto com a sofrida, variam bastante historicamente.

Em que “tempos” vivemos? Com que parâmetros de normalidade se enquadram os acontecimentos, quer dizer, o que é considerado habitual e o que é extremo? — isso configura um importante elemento de fundo nos marcos referenciais. Em “tempos de guerra”, por exemplo, algumas medidas são politicamente justificáveis, embora não o sejam em “tempos normais”. Há outras medidas especiais para situações de catástrofes. Na guerra, segundo um dito conhecido, “tudo é permitido”. O certo é que se permite muita coisa que, em condições de paz, seria repudiada com toda veemência.

MODELOS E REQUISITOS DOS PAPÉIS SOCIAIS

Nas sociedades modernas em particular, a especialização funcional faz com que um espaço muito vasto seja representado pelos já mencionados papéis. Eles ditam um conjunto de exigências para todos os que pretendem preenchê-los ou são forçados a isso. Os papéis sociais ocupam uma posição in-

termediária entre os vínculos ou obrigações culturais e as interpretações ou ações específicas de grupos ou indivíduos. Ainda que não tenhamos consciência de atuar de acordo com as suas regras, há uma série de papéis que cumprimos com a maior espontaneidade. Aqui se incluem, por exemplo, todos os papéis por meio dos quais os sociólogos diferenciam as sociedades: gênero, idade, origem ou formação. O respectivo conjunto de requisitos e normas pode, sim, ser notado e também questionado, mas isso não é imprescindível nem é o que ocorre na maioria das vezes. No entanto, esses papéis naturais da vida comum marcam as percepções, interpretações e possibilidades de atuação — eles se submetem a regras normativas, o que fica especialmente claro nas questões de gênero e idade: espera-se de uma senhora de idade avançada um comportamento social distinto do de um adolescente, embora não exista um catálogo de regras que o determine, muito menos um código de leis. Como membros de uma sociedade, as pessoas “sabem” disso de forma mais ou menos implícita.

Diferente é o caso dos papéis sociais explicitamente assumidos, nas carreiras profissionais, por exemplo, que exigem novos conjuntos de requisitos a serem aprendidos: quem há pouco era um estudante de matemática e agora começa a trabalhar como atuário altera seu conjunto de requisitos significativamente — das normas de vestimenta, passando pela jornada de trabalho, até a comunicação e as coisas a que se atribui maior ou menor importância. Outras transformações profundas ocorrem quando alguém se torna mãe ou pai, ou se despede da vida profissional com a aposentadoria. Há também aquelas mudanças radicais de papéis, resultado do ingresso em “instituições totais”:¹⁹ num mosteiro, por exemplo, numa prisão ou, como no nosso contexto, no exército. Aqui a instituição — seja a Wehrmacht ou a Schutzstaffel (SS) [Tropa de Proteção] — goza de completa disposição sobre a pessoa: esta recebe roupas e penteado uniformes, perdendo com isso o controle sobre sua configuração de identidade, não dispõe mais de seu próprio tempo e se submete de todas as maneiras a coações externas, humilhação, chicanas e punições draconianas no caso de infrações. As instituições totais funcionam como mundos herméticos a sua própria maneira precisamente porque perseguem finalidades pedagógicas: os soldados não devem aprender somente a manejar uma arma ou a se mover no campo de combate, têm de saber também obedecer, se integrar incondicionalmente numa hierarquia e estar sempre prontos a agir sob ordens. Essas instituições estabelecem uma forma especial de socialização em

que as normas e coações coletivas desempenham uma influência sobre o indivíduo maior do que em circunstâncias sociais de normalidade — mesmo porque o grupo de camaradagem de que alguém faz parte, ainda que não escolhido livremente, constitui o único grupo de referência e não deixa alternativa. As pessoas pertencem a ele pois foram alocadas ali.²⁰

É uma característica das instituições totais a tentativa de retirar o autocontrole de seus membros de todas as maneiras, especialmente durante o período de formação, abrindo, só mais tarde, graus de liberdade e margens de atuação de acordo com o posto ocupado. Uma vasta bibliografia mostra que a tradição de experiências opressivas humilhantes, dos mais velhos para os mais jovens, integra a forma de socialização dessas instituições.²¹ Se em tempos de paz tudo isso já aparece numa intensidade escandalosa, que dirá na guerra, quando as ações de enfrentamento deixam o estado de simulação para compor a realidade cotidiana e a questão da sobrevivência se resolve também e sobretudo pelo bom funcionamento do próprio batalhão. Nesse momento, a instituição total dá origem ao grupo total e à situação total²² — ambos restringem as margens de atuação dos atores estritamente de acordo com sua patente e poder de comando. Se comparado com os papéis ordinários da vida civil, o marco referencial dos soldados na guerra é caracterizado pela falta de alternativa. Foi o que disse um dos soldados monitorados numa conversa com seu camarada: “Somos como uma metralhadora. Uma arma que serve para fazer guerra”.²³

O que, com quem e quando alguém faz alguma coisa na condição de soldado não depende da própria percepção, interpretação ou decisão: a margem para a avaliação de uma ordem segundo o próprio juízo e competência é, na maioria das vezes, extremamente pequena. Nesse sentido, a contribuição dos marcos referenciais na conformação dos papéis sociais pode variar bastante: seu significado pode ser quase nenhum nas condições plurais da vida social, mas, nas condições de guerra ou em outras situações extremas, ele pode ser total.

Além disso, as peças que compõem os distintos papéis no contexto militar também podem se sobrepor. E de duas maneiras: a habilidade de um topógrafo pode ser muito útil para a orientação em terrenos abertos, enquanto atividades civis, num contexto de guerra e extermínio em massa, podem subitamente se tornar mortais. Lembre-se aqui, por exemplo, do engenheiro Kurt Prüfer, da companhia Topf & Söhne, de Erfurt, que trabalhou com todo afinco no desenvolvimento de fornos crematórios mais eficientes para Auschwitz, permitin-

do por sua vez o incremento do número de vítimas a serem eliminadas diariamente.²⁴ Outro caso de sobreposição de papéis é relatado por uma senhora que trabalhou como estenotipista para o comandante da polícia de segurança de Varsóvia:

Quando um ou dois alemães eram mortos em Varsóvia, o comandante da polícia de segurança Hahn ordenava ao conselheiro criminal Stamm a execução de certo número de poloneses. Depois Stamm solicitava às senhoras de sua antessala que lhe trouxessem os devidos processos das diferentes seções. Na antessala havia então uma montanha de documentos. Quando, por exemplo, havia ali uns cem processos e só cinquenta deveriam ser executados, cabia então às senhoras escolher os documentos segundo o seu bom arbítrio. Em alguns casos, certamente ocorria de o responsável pelo processamento dos relatórios ainda acrescentar: “Fulano e Beltrano, fora. Fora com esse lixo”. Eram comuns declarações desse tipo. Muitas vezes fiquei dias sem poder dormir só de pensar que dependia das senhoras secretárias a escolha de quem era executado. Pois uma senhora dizia à outra: “Ah, Erika, quem a gente leva desta vez, este ou aquele?”.²⁵

Uma atividade em si inocente pode se tornar de repente assassina quando seu marco referencial é alterado. Raul Hilberg já alertava para esse potencial das execuções com divisão de trabalho: qualquer membro da polícia de ordem podia

ser vigia de um gueto ou de um transporte ferroviário. Qualquer jurista do departamento central de segurança do Reich estava sujeito a ter que liderar um grupo de combate; qualquer especialista em finanças do departamento central de economia e administração era encarado como escolha natural para o serviço em algum campo de extermínio. Em outras palavras, todas as operações necessárias eram realizadas pelos funcionários disponíveis para tanto. Onde se pretendesse traçar uma linha divisória de participação ativa, a maquinaria do extermínio expunha sempre um corte transversal significativo da população alemã.²⁶

Traduzido para a guerra, isso quer dizer: qualquer mecânico podia consertar os bombardeiros que, com sua carga mortal, matavam milhares de seres humanos; qualquer açougueiro, como integrante da indústria de suprimentos, podia participar do saque das áreas ocupadas. Com os seus aviões de transporte modelo

FW 200, pilotos da Lufthansa também foram utilizados na guerra em voos de longa duração, dessa vez não para levar passageiros, mas para afundar navios mercantes britânicos no Atlântico. Como a atividade em si não se alterava, os portadores desses papéis não tinham em regra oportunidade de fazer ponderações morais, muito menos de recusar o trabalho.

Em instituições totais, como afirmado, o marco referencial estabelecido quase não oferece alternativa. Se isso já vale para os soldados em serviço militar, vale ainda mais durante a guerra e outro tanto em pleno combate. Deve-se ter em mente que uma guerra tão longa, abrangente e, sob muitos aspectos, sem precedentes como a Segunda Guerra Mundial já tem por si só “o caráter de um acontecimento extremamente complexo, muito difícil de ser compreendido”.²⁷ Para os indivíduos que se encontram em algum lugar desse acontecimento é enorme a dificuldade de se orientar adequadamente — por isso a ordem e o grupo também ganham importância subjetiva: eles asseguram uma orientação onde não haveria nenhuma. A importância do grupo de camaradagem para as necessidades individuais de orientação aumenta de acordo com o perigo da situação em que as pessoas se encontram. O grupo torna-se total.

Por que alguém matou outras pessoas ou se envolveu em crimes de guerra são perguntas, no contexto da teoria dos papéis sociais, mais bem compreendidas não como questões morais, mas empíricas. Do ponto de vista moral, elas só guardam algum sentido se a margem de atuação dos indivíduos contivesse alternativas palpáveis que *não* foram escolhidas. Esse é, como se sabe, o caso das recusas de participação nas chamadas “ações judaicas”, por exemplo, que não acarretavam nenhuma consequência jurídica,²⁸ e de inúmeros incidentes de exercício lascivo de violência, como ainda encontraremos neste livro. Em outras constelações de acontecimentos, no entanto, constata-se claramente que as possibilidades de escolha e alternativas de ação, proporcionadas na vida civil pela pluralidade de papéis sociais, na guerra simplesmente não existem.